PROCESSO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM INCLUSÃO EDUCACIONAL "GABRIEL LIMA MENDES" – CRIE/PARÁ: contribuições e desafios

Daniel de Jesus Dias Silva[1]
Karla Dayane Viana Barbosa[2]
Leila do Socorro Araújo Melo[3]
Michele Lima de Souza[4]
Vera Suely Moraes Ferreira[5]

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise da atuação do/a assistente social no Centro de Referência em Inclusão Educacional "Gabriel Lima Mendes" – CRIE, em Belém, capital do estado do Pará. Um dos objetivos específicos foi identificar os desafios da profissão no campo da educação inclusiva. Para tanto, utilizou-se pesquisa de campo, observação sistemática e pesquisa bibliográfica, sustentando metodologicamente o trabalho, com base no materialismo histórico dialético configurando-se na pesquisa qualitativa e a análise crítica. Neste sentido, constatou-se em diversos aspectos o trabalho do/a assistente social com as famílias e os/as educandos/as, além da divulgação de trabalhos acadêmicos que proporcionou conhecer a prática e os serviços ofertados pela instituição. No que tange aos desafios, pode-se citar com maior destaque a falta de estrutura física,

[1] Graduado em Serviço Social pela Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ. Especializando em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social na ESAMAZ. E-mail: danieldiassilva7@gmail.com
[2] Graduada em Serviço Social pela Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ. Especializando em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social ESAMAZ. E-mail: barbosaKarla522@gmail.com
Historiadora. Mestra em Antropologia Social. Atua como docente na Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ e Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará. E-mail: leilamelo1@yahoo.com.br Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2007). Mestra em Serviço Social UFPA (2011). Atua como docente na Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ, assistente social do Centro de Atendimento Multidisciplinar de Saúde – CAMS na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/ Belém. E-mail: micheleassist@gmail.com
[3] Historiadora. Mestra em Antropologia Social. Atua como docente na Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ e Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará. E-mail: leilamelo1@yahoo.com.br Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2007). Mestra em Serviço Social UFPA (2011). Atua como docente na Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ, assistente social do Centro de Atendimento Multidisciplinar de Saúde – CAMS na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/ Belém. E-mail: micheleassist@gmail.com
[4] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2007). Mestra em Serviço Social UFPA (2011). Atua como docente na Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ, assistente social do Centro de Atendimento Multidisciplinar de Saúde – CAMS na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/ Belém. E-mail: micheleassist@gmail.com
[5] Graduada em pedagogia pela Universidade Federal da Amazônia – UFPA (1999). Graduada em Serviço Social pela UFPA (1993). Mestra em Serviço Social pela UFPA (2004). Atualmente assistente social do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Pará – Fundação HEMOPA, assistente social da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), docente de graduação e pós graduação na Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ, coordenadora do Curso de Serviço Social da ESAMAZ. E mail: verasuelymoraes@gmail.com

principalmente em relação à acessibilidade da Pessoa com Deficiência – PcD. Este estudo foi resultado do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC de autores da ESAMAZ – Escola Superior da Amazônia.

Palavras-chaves: CRIE. Educação inclusiva. Serviço Social.

ABSTRACT: This paper presents an analysis of the work of the social worker at the Reference Center for Educational Inclusion “Gabriel Lima Mendes” – CRIE, in Belém, capital of the state of Pará. One of the specific objectives was to identify the challenges of the profession in the field of inclusive education. Therefore, we used field research, systematic observation and bibliographical research, methodologically supporting the work, based on dialectical historical materialism, configuring qualitative research and critical analysis. In this sense, it was found in several aspects the work of the social worker with the families and students, in addition to the dissemination of academic works that provided knowledge of the practice and services offered by the institution. With regard to the challenges, one can mention with greater emphasis the lack of physical structure, especially in relation to the accessibility of Persons with Disabilities – PwD. This study was the result of the Final Course Paper – TCC by authors from ESAMAZ – Escola Superior da Amazônia

Keywords: CRIE. Inclusive Education. Social Work.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão é uma discussão importante em uma sociedade com o predomínio de uma lógica capitalista excludente, pois apenas interessa para o capital as pessoas que são capazes de produzir, ou seja, vender sua força de trabalho, gerando riquezas e lucro. Nesse sentido, é necessário compreender que esta lógica influencia todas áreas da sociedade, excluindo aqueles que são considerados “incapazes” de produzir com a intensidade da lógica capitalista. A educação por sua vez acaba sendo influenciada por este pensamento excludente, pois está ligada a preparação das pessoas para o mercado de trabalho.

Entretanto, sendo um espaço de construção de conhecimento e autonomia dos sujeitos, quando o debate acerca da inclusão, transforma a realidade dos discentes envolvidos. Nesse contexto, o Serviço Social no âmbito da educação inclusiva,

contribui para o acesso à garantia do direito dos/as usuários/as com necessidades escolares especiais na medida em que se utiliza de um amplo arcabouço de conhecimentos e uma visão crítica da sociedade. Desta forma, este trabalho apresenta as perspectivas e desafios do processo de trabalho do/a assistente social no CRIE-PA.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a atuação do/a assistente social no CRIE, logo, determinamos como objetivos específicos: Destacar o Serviço Social e educação inclusiva em uma perspectiva crítica, além de apresentar as perspectivas da atuação profissional do Serviço Social, e identificar os desafios do/a assistente social no CRIE.

A metodologia do trabalho articulado ao materialismo histórico dialético permitiu a análise sobre a dinâmica atual da sociedade numa perspectiva crítica sobre inclusão dos/as alunos/as com deficiência. Além desse método, a pesquisa qualitativa também se fez presente na evolução do estudo e no desenvolvimento da compreensão temática. No estudo de campo obteve-se como técnica a observação sistemática, a qual possibilitou proximidade com a realidade atuante dos/as profissionais de Serviço Social no CRIE.

2. A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA A AUTONOMIA DA PCD

Refletir sobre a educação inclusiva, exige um olhar crítico das possibilidades que esta educação pode gerar no sujeito que vai recebê-la. Portanto, entender a realidade das PcD[6] se faz indispensável, pois foram construídas historicamente, gerando a exclusão e a necessidade da inclusão.

Partilhando da afirmação de Simone Lessa "[...] a educação é uma relação social e, como tal, em uma sociedade capitalista, precisa ser entendida como resultado de tensões de classe e dos elementos que lhes são decorrentes" (LESSA, 2013, p.110). Compreendesse desta forma que não se pode analisar a educação em

[6] A portaria da presidência da república – Secretaria de direitos humanos 2.344 de novembro de 2010 utiliza como terno correto "pessoa com deficiência" (PcD), substituindo outras expressões como "pessoa especial", "pessoa portadora de deficiência" e "pessoa com necessidades especiais".

uma ótica superficial ou apenas em seus problemas internos, mas entendê-la como parte da sociedade regida pelo capital e influenciada pela produção e reprodução das relações humanas (LESSA, 2013).

Desta maneira essas "tensões de classes" salientadas por Lessa podem ser entendidas como as expressões da Questão Social que segundo Iamamoto (2015, p. 27) é "o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura". Dentro deste amplo campo de discussão que são as expressões da Questão Social na educação, será enfatizada a exclusão das PcD. Haja vista que a necessidade de uma educação inclusiva surgiu de uma exclusão que é inerente ao capitalismo. Entretanto, cabe ressaltar que Pessoas com Deficiência, sofriam discriminação, antes da sociedade capitalista, como afirma Lima:

> Esta condição de exclusão não os coloca como pessoas fora do sistema capitalista, mas como pessoas submetidas a uma dupla discriminação: àquela inerente ao capitalismo (não produtivo, à espera de uma vaga no mercado de trabalho) e àquela decorrente de aspectos morais e culturais que são anteriores ao sistema capitalista (LIMA, 2010, p. 36).

Entende-se que essa discriminação condicionou à exclusão como resultado de um processo histórico, vigorando no sistema capitalista. A autora ressalta ainda a crueldade feita à PcD na idade média, em que eram "[...] muitas vezes, estes recolhidos à prisão junto a prostitutas e ladrões, independente da idade [...]" (LIMA, 2010, p.37) ou ainda "[...] eram mortas, eliminadas e exorcizadas (PESSOTTI, AMARAL, apud LIMA, 2010, p.37)". Ou seja, essas pessoas sofriam impedimento à participação social, antes do sistema capitalista vigorar (LIMA, 2010).

Deste modo, compreende-se que essa discriminação e impedimento social que ocorria em outras formas de organização social, se materializa como exclusão na sociedade capitalista, não apenas excluindo as PcD, mas a todos/as como uma regra. Assim, afirma Lima citando Castel:

> Na verdade, o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista. O capitalismo desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. (...)[7] Na sociedade capitalista esta é uma regra estruturante: todos nós em vários momentos de nossa vida, de forma dolorosa ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio desta lógica de exclusão a inclusão. Ela exclui para incluir. O problema está nesta inclusão (CASTEL, apud LIMA 2010, p. 39).

[7] Utilizado pela própria da autora

De fato, a exclusão se mostra parte do capitalismo, influenciando nas relações sociais e desta forma excluindo aqueles/as que não se enquadram as determinações, levando-os a fazer parte dos grupos sociais, sendo estes ligados sempre ao mercado de trabalho pressionando as pessoas a se “adequarem” ao sistema para se sentirem inclusas. Assim, a lógica é excluir para incluir os mais “capacitados” ou aqueles/as que melhor se encaixam nas determinações sociais. Sobre isso Maria Yazbek esclarece que a:

> [...] abordagem conceitual da exclusão, configura-a como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída (YAZBEK, 2008, p. 34).

A lógica capitalista gera as desigualdades sociais em todas as esferas da sociedade como forma de perpetuar o seu domínio como aponta István Meszáros:

> Essa lógica exclui, com uma irreverbilidade categórica, a possibilidade de legitimar o conflito entre as forças hegemônicas fundamentais revias, em uma dada ordem social, como alternativas viáveis entre si, quer no campo da produção material, quer no âmbito cultural/educacional. [...]. Não surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de visto do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de metabólica (MESZÁROS, 2008 p.26).

É relevante entender que esse processo de exclusão para PcD, ocorre de várias formas, como por exemplo a determinação, pela deficiência que pode interferir em suas atividades e em sua vida (LIMA, 2010). Desta forma, Lima ressalta as determinações sociais que a sociedade passa impor sobre a PcD, chegando a reconhece-la como “[...] incapaz, um caráter fixo, imutável, que levou diversas pessoas à condição de não participantes do trabalho e da escola comum [...]” (LIMA, 2010, p. 37). Neste sentido, observa-se que as PcD são excluídas por serem consideradas incapazes de ser produtivas ao processo de produção capitalista, haja vista que o mercado de trabalho exclui os menos capacitados para incluir os que podem gerar mais lucro, de forma mais imediata.

Assim, a educação dentro dessa lógica capitalista acaba por reproduzir as determinações sociais, excluindo as PcD, por motivos como a falta de qualificação de

professores devido à ausência de política de qualificação e estrutura da escola por parte do Estado. Entretanto vale salientar que a questão da educação dentro da lógica capitalista não é pensada enquanto processo emancipatório das potencialidades das pessoas, e sim como processo que visa capacitar trabalhadores para tarefas determinadas. Esta inclusão por sua vez é necessária, mas não é pensada dessa forma dentro da lógica do capital, que historicamente, prima pela exclusão.

Nesse sentido, Paulo Freire (2015) convida a refletir que os seres humanos são inacabados e, portanto, sempre sendo condicionados podendo ir além, como o autor afirma:

> Gosto de ser gente por que, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nós achamos geram quase sempre barreias de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 2015, p.53).

Desse modo, em consonância com os apontamentos de Freire, compreende-se que essas condições geram barreiras que são difíceis de serem superadas, mas que estes obstáculos são temporários e que são mutáveis. Entender que as PcD são apenas condicionadas e não determinadas, possibilita não olhar como incapazes uma vez que essas “determinações” são impostas para exclusão de todos os sujeitos que não geram lucro para o capital (e não apenas para PcD).

Em suma, Freire (2015) ressalta que a educação transforma o cidadão, posto que, tem o poder de qualificar a realidade mencionada por estes, pois através do conhecimento é possível desconstruir pensamentos preconceituosos e deterministas, sendo este protagonista de sua história e criando formas de superar os condicionamentos postos pela sociedade capitalista através do conhecimento adquirido.

3. ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRIE/PARÁ

O Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE) é um espaço público voltado para a avaliação especializada de educandos. Por isso, diante de todo esse percurso do trabalho é importante enfatizar como ocorre

e de que forma se consolida o exercício profissional do Serviço Social na educação inclusiva e sua relevância na instituição e seus desafios no cotidiano profissional.

3.1- O exercício profissional do/a assistente social no CRIE.

A atuação profissional do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional relaciona-se na condução das políticas públicas, mediante a viabilização de direitos sociais que tem por finalidade de exercício a mediação e intervenção sobre as expressões da Questão social. Segundo o portal do CRESS[8] o exercício da categoria faz-se, prioritariamente, por meio de instituições que prestam serviços públicos destinados a atender pessoas e comunidades que buscam apoio para desenvolver sua autonomia, participação, ação de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos.

No âmbito da educação "[...] essa atuação tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes [...]" (CFESS, 2001, p.12), em concordância a atuação do Serviço Social no CRIE está atrelado em identificar as expressões da Questão Social no contexto familiar desses educandos/as, junto à equipe multidisciplinar.

Os/as profissionais de Serviço Social no Centro atuam no NAEE (Núcleo de Avaliação Educacional Especializado) e no Projeto Ciranda da Família, ambos com a finalidade de exercício e acesso à garantia de direitos sociais e da cidadania dos/as educandos/as e das famílias que passam por Atendimento Educacional Especializado – AEE. No NAEE o/a assistente social realiza atendimento e avaliação social com os acompanhantes ou genitores dos/as alunos/as encaminhados ao núcleo. É importante enfatizar que esse atendimento com as famílias é reservado e individualizado. Já no Projeto articulado ao CRIE "Ciranda da Família" o/a profissional de Serviço Social tem como ação visitar as escolas municipais de Belém apoiando as famílias dos/as educandos/as com deficiência. É relevante destacar a importância que é

[8] Disponível em: http://novo.cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social/. Acesso: 29. Out. 2019.

desempenhar atendimento em grupo, bem como de suas limitações que perpassa por questões que se estendem desde as limitações particulares dos indivíduos à falta de recursos materiais para se desenvolver as atividades, como bem relaciona Siqueira (2008).

Vale destacar que o/a assistente social nesta perspectiva efetua a análise crítica da realidade e constrói possíveis estratégias necessárias para responder às demandas sociais que estão normatizadas na Lei de Regulamentação da Profissão, bem como, articula seu exercício profissional seja na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional com os princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 93 (CFESS, 2011) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS-1996 (CFESS, 2014).

Diante disso, foi realizada a pesquisa de campo, sobre esta Marconi; Lakatos (2003, p. 189) afirmam que “o interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade”. Outro método aplicado no estudo de campo foi a pesquisa qualitativa (GOLDENBERG, 2004), pois essa apresenta características que correspondem às necessidades da pesquisa, pois na pesquisa qualitativa as ciências sociais têm sua especificidade e opõem-se a hipótese que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, assim como contrapõe-se ao modelo positivista ao estudo da vida social.

Esta pesquisa no CRIE/PA foi realizada no período de 19 de Agosto a 18 de Outubro de 2019, conduzida pelo método crítico e dialético, que com base nos argumentos de Marconi; Lakatos (2003 p. 106) “a dialética penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. Logo para as autoras a dialética não é analisada na qualidade dos objetos fixos, mas em constante movimento, sempre em transformação, desenvolvimento, para fins de um processo. No entanto é importante ressaltar a observação sistemática (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.193) que possibilitou observar as etapas do processo de atuação profissional do/a assistente social e as ferramentas ou instrumentais utilizados pelos mesmos, assim como, as dificuldades que apareceram no âmbito da ação na educação

inclusiva, servindo para investigar a relação e a articulação da ação profissional no CRIE com os parâmetros de base da atuação do Serviço Social.

Os instrumentos utilizados no exercício profissional no CRIE[9] compreendem: ficha de atendimento social, livro de ocorrência, declaração de comparecimento (tanto do aluno/a em caso de comprovação de falta na escola, quanto para comprovação da ausência dos genitores em seus locais de trabalho), encaminhamento à rede de serviços sociais e assistenciais públicos (isso ocorre quando a verificação de necessidade), agendamento dos educandos/as e relatório social (em que são encaminhados as escolas para mais esclarecimentos da situação do educando/a, bem como, do contexto familiar em que vive). Entretanto, também contribui nesse processo de atendimento e avaliação a escuta qualificada, observação, orientação social e o acolhimento social realizado pelo/a assistente social.

No Projeto Ciranda da família realizam-se roda de conversas e oficinas com as famílias, com destaque para a participação desse profissional.

É importante enfatizar que a maioria das famílias encaminhadas e atendidas pelos projetos do CRIE são famílias em situação de vulnerabilidade social e muitas compreendem as dificuldades apresentadas pelos/as educandos/as. Durante a entrevista social com as famílias o profissional identifica a situação socioeconômica, situação habitacional, o ambiente familiar, os problemas sociais enfrentados, os direitos não efetivados ou violados e se a escola em que o/a aluno/a se encontra matriculado tem acessibilidade especifica para a PcD. Além disso, o/a profissional também oferece orientações com base teórica e legislativa, e incentiva as famílias na buscar do direito do/a usuário/a.

É relevante salientar que o Serviço Social na instituição contribui em diversos aspectos, além de seu trabalho com as famílias e os/as educandos/as, como: na divulgação e aprovação de trabalhos acadêmicos (no qual leva o conhecer da prática profissional e dos serviços ofertados pela instituição), participação do profissional em eventos regionais e nacionais, como também no CRIE a categoria de Serviço Social é a única que obtém estágio supervisionado não remunerado. Desse modo, o

[9] Mas especificamente no NAEE, onde obtivemos participação efetiva nos atendimentos sociais, no qual o profissional apresentou suas ferramentas de atuação.

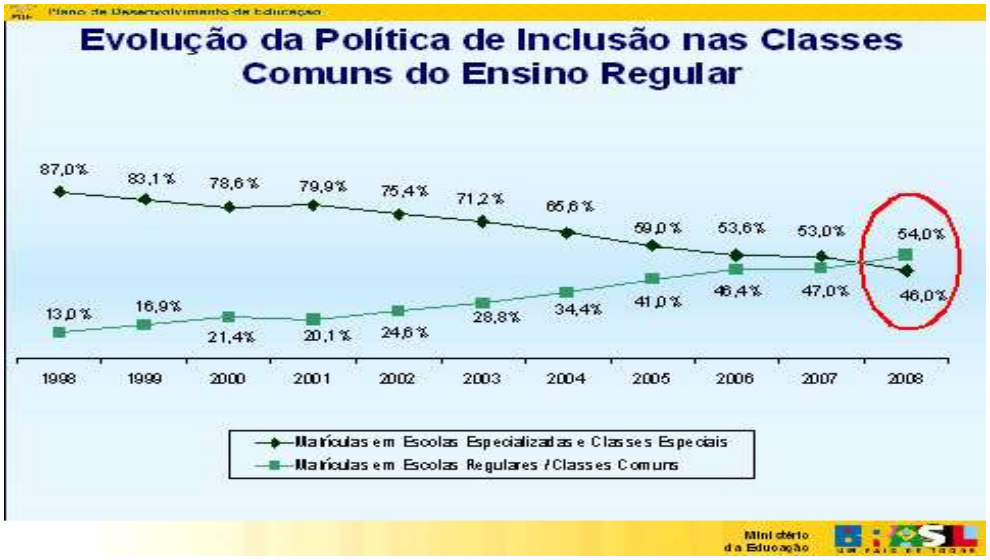
empenho destes/as profissionais na produção de conhecimento por meio de pesquisas e publicações garantiu também a sua valorização perante a equipe técnica e a própria gestão do Centro e do NAEE, em particular. Assim, pode se destacar a relevância da ação profissional do/a assistente social, diante das diversas contribuições nesta instituição e na vida dos usuários/as.

3.2 Os enfrentamentos do Serviço Social no CRIE.

Um dos desafios do Serviço Social na educação inclusiva é a efetivação da inclusão dos alunos/as com deficiência na rede de ensino regular. Segundo o CFESS:

> O direito a educação, bem como o direito de acesso e permanência na Escola, tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais [...], tendo como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade [...]. (CFESS, 2001, p.10)

As considerações do CFESS levam a reconhecer que esse direito de acesso e permanência tem sido garantido, porém a questão é, em que condições isso ocorre. A imagem a seguir ratifica essa constatação:



Quadro 1 – Evolução da Política de Inclusão nas Classes comuns do Ensino Regular

Fonte: Portal do MEC

O MEC[10] demostra no quadro a implementação da política de inclusão no sistema de ensino brasileiro no ano de 2008, indica que 54% dos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estão matriculados/as em escolas e classes comuns do ensino regular, contrapondo a 46% de matrículas do alunado da educação especial em instituições de educação especial e classes especiais[11].

Contudo, a realidade atual é outra. Por mais que legalmente "todos/as" tenham direito à educação (BRASIL, 1998, Art 205), compreendesse que para as crianças e os adolescentes que apresentam limitações física ou psíquica, as vagas ainda se apresentam restritas. Além de se ter o conhecimento que as escolas públicas da região de Belém não têm estrutura tanto física, quanto preparação técnica para atender esses alunos/as em suas necessidades especificas. Sobre essa falta de preparação técnica da escola Paro afirma:

> No dia a dia de nossas básicas, lamentavelmente, por conta do tipo de concepção tradicional de educação que predomina, parece muito comum a prevalência de imagens do poder dos estudantes completamente distorcidas e destituídas de fundamentos científicos. Quantos professores mal informados, ou mal formados, não acreditam que o interesse do aluno em estudar só se consegue com chantagem da aprovação ou da reprovação! (PARO, 2010, p. 59)

Além disto, o CFESS (2001) ressalta ainda que no atual contexto além, de demostrar "insuficiência" no que se refere à quantidade de vagas, apresenta-se também como desafio a "melhoria" de qualidade, seja nos serviços ou no próprio sistema educacional.

A Organização das Nações Unidas - ONU em uma pesquisa de dados no ano de 2011 apresentou que, cerca de 60% das crianças com deficiência completam a etapa primária dos estudos nos países desenvolvidos, apenas 45% (meninos) e 32%

---

[10] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/110-ha-uma-data-limite-em-que-o-mec-espera-que-a-maior-parte-dos-alunos-com-necessidades-especiais-esteja-incluida-em-escolas-comuns. Acesso: 14. Nov. 2019.

[11] É uma sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequados, onde o professor especializado na área da deficiência mental utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/Instrucao032004CESIDI.pdf. Acesso: 09. Dez. 2019.

(meninas) completam o ensino nos países em desenvolvimento[12]. A evasão escolar é um outro enfrentamento que cabe a realidade atuante do Serviço Social na perspectiva inclusiva.

No CRIE a atuação profissional do/a assistente social na educação inclusiva e especial detectou-se diversos enfrentamentos. Sendo um deles a falta de estrutura, principalmente em relação à acessibilidade de PcD. Embora, a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) dispor sobre o direito de acessibilidade e da estrutura dos espaços públicos para atender as necessidades de pessoas com limitações física, mental, intelectual ou sensorial, ressalta-se essa caraterística como enfrentamento profissional, no qual dificulta um atendimento de qualidade aos educandos/as que apresentam condição de restrições como essas. Também, a falta de recursos interfere nas atividades realizadas com as crianças ou adolescentes e para organização dos instrumentais dos profissionais.

Apesar de que a falta de estrutura, segundo CFESS (2014), não é algo novo nos espaços de trabalho do/a assistente social,

> Cabe ressaltar que os espaços ocupacionais nos quais se insere o/a assistente social encontram-se, na atualidade, bastante precarizado no que diz respeito à infraestrutura, a recursos humanos e a condições objetivas para materializar as políticas sociais a que estão vinculados" (CFESS, 2014, p.35).

Outro problema que merece destaque refere-se à quantidade de profissionais em relação à demanda extensa que compõem a instituição. Em concordância as autoras Schneider; Hernandorena (2012) enfatizam que a falta de profissionais da categoria no âmbito da educação, não supre a realidade atual educacional, por isso a necessidade de inserção dos/as assistentes sociais nas escolas. Ademais,

> Apesar da Escola ser um dos principais equipamentos sociais, podemos identificar ainda um número pequeno e até tímido de profissionais do Serviço Social atuando. No entanto se identifica que a área de educação tem se constituído em mais um importante espaço de atuação do Assistente Social (CFESS, 2001, p.12).

[12] Site da ONU: https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/
. Acesso: 14. Nov. 2019.

Com isso, pode se compreender o número reduzido de atuantes da categoria dentro do espaço escolar, na instituição esse número também se reflete tanto para os profissionais de Serviço Social quanto para demais categoria que compõe a equipe especializada. Logo, é importante frisar que nas escolas públicas e privadas da região de Belém não há equipes multidisciplinares compostas por psicólogos e assistentes sociais para atendimento das necessidades dos/as alunos/as em suas especificidades. Lembrando que, o CRIE atende todos/as os/as alunos/as com deficiência de escolas municipais da região metropolitana, das ilhas próximas e de instituições privadas.

No NAEE não há realização das visitas técnicas às escolas, somente o Projeto do CRIE "Ciranda da Família" efetiva esse tipo de atividade, isso quando há disponibilidade de transporte pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém (SEMEC). Esse enfrentamento no NAEE limita o acesso e proximidade dos profissionais com a realidade do contexto escolar enfrentada por esses alunos, por conta dessa falta de locomoção dos/as profissionais, muitas famílias também são prejudicadas e não tem acesso ao atendimento especializado, pois a distância e a falta de recursos da maioria das famílias prejudicam a presença de muitas nas avaliações no CRIE.

Outro obstáculo no NAEE refere-se à ausência de aparelho telefônico na instituição para realização do acompanhamento das famílias e dos educandos/as, no caso, relacionado aos demais procedimentos requisitados e encaminhados à rede de serviços que contempla programas sociais, para além do que pode ser garantido no Centro. Isso requer, da equipe organizar mutirão, contribuindo financeiramente para que os serviços públicos da instituição cheguem até as famílias, principalmente nas ilhas próximas da região de Belém.

É inegável que o discurso do Poder[13] Público diante dos enfretamentos institucionais é a redução de gastos. A ideologia do capitalismo na qual fortalece esse

[13] Vitor Paro (2010, p.74) afirma que "Se o poder está em toda parte, em toda parte precisamos conhecê-lo e tomar decisões a seu respeito". Desta forma cabemos conhecer esse poder para o empoderamento e enfretamento contra essa ideologia excludente.

discurso e alimenta o sistema neoliberal, torna o acesso aos direitos sociais públicos para classe trabalhadora mais difícil, efetivando assim, a categoria de excluídos sem acesso a bens e serviços básicos, deixando o maior trabalho e responsabilidade aos profissionais da rede pública.

Embora, os entraves apresentados no CRIE e no cotidiano desses profissionais, destacando o/a assistente social, as atividades e a efetivação da sua atuação atrelada ao Código de Ética estão presentes no enfrentamento e na perspectiva de uma estrutura melhor e na concretização da inclusão dos/as alunos/as com deficiência, na perspectiva de poder garantir a esses sujeitos a inserção social, por meio do acesso a bens e serviços necessários ao desenvolvimento humano e a garantia da qualidade de vida, possibilitando conhecimento e acesso a ferramentas que tornem possível o exercício da cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa ponderou-se que a educação inclusiva é necessária para responder a observada e destacada exclusão na sociedade capitalista, pois esta educação pode gerar autonomia para as PcD, revertendo o discurso imposto socialmente de que são incapazes e, portanto, ocasionando mudança em sua realidade cotidiana, garantindo desenvolvimento socioeconômico e consequentemente qualidade de vida.

Desta forma após a análise sobre a atuação do/a assistente social no Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes”, pode-se apontar que o trabalho do/a profissional na área da educação, em especial na educação inclusiva, possibilita ratificar a discussão feita pelos autores que foram empregados, porque é necessária uma visão crítica profissionalmente em relação à educação inclusiva, para entender sua atuação e identificar os desafios que o envolvem neste espaço sócio ocupacional.

Os/as assistentes sociais no CRIE contribuem para construção da visão crítica das determinações sociais, podendo através do seu arcabouço teórico e marcos legais, orientar os usuários/as e suas famílias sobre seus direitos e assim cooperar

junto a outros profissionais da área da educação edificando a autonomia dos/as usuários/as.

Portanto, este trabalho não tem intenção de esgotar o assunto em questão, haja vista que compreendesse a imperativa necessidade de produção teórica - escassa no Serviço Social em relação a educação inclusiva - para subsidiar novas pesquisas a esse respeito, considerando os desafios postos na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 28. Mar. 2019.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 de junho de 2019.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93**. Ed 10. Brasília DF 2011.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Brasília DF: CFESS, 2001. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf. Acesso: 28. Mar. 2019.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** CFESS, 2014 Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESSSUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf. Acesso: 29. Out. 2019.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à prática educativa. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilhena. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26ª ed. São Pulo: Cortez, 2015

LESSA, Simone Eliza do Carmo. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social**: contribuições para

este debate. Coleção de Serviço Social & Sociedade/ Proteção Social e Espaços Sócio-ocupacional, São Paulo: Cortez, v. 133, n. 7, p. 106-130, jan./mar. 2013.

LIMA. Priscila Augusto. **Educação Inclusiva**: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde. São Paulo: Avercamp, 2010.

MARCONI e LAKATOS, Maria de Andrade e Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2003.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do Poder**: crítica ao senso comum em educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHNEIDER e HERNANDORENA, Glaucia Martins e Maria do Carmo. **Serviço Social na Educação**: perspectivas e possiblidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

SIQUEIRA, Monica Maria Nunes da Trindade. **FAMILIAS**: uma experiência de trabalho com grupo. Revista Ciências Humanas, Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil – Vol. 1, n. 2, 2008. Disponível em http://www.unitau.br/revistahumanas. Acesso: 12. Nov. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social**: Expressões da Questão Social no Brasil. Temporalis/ Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília DF, v. 3, n. 2, p. 33-40, 2008.